

# Os cursos de Max Weber

## Economia política, Política agrária e Questão dos trabalhadores (1894-1900)

Rita Aldenhoff-Hübinger

Tradução de Sirlene Nair Naubauer

Em 1903, após deixar o cargo de professor universitário ativo, Max Weber pôde contemplar retrospectivamente um período produtivo de sua experiência docente. Em cursos e seminários, cativou numerosos alunos e despertou o interesse deles pela economia política. Diferentemente do curso que proferiu após seu retorno à Universidade de Munique, no semestre de inverno de 1919-1920, “Compêndio de história universal social e econômica” (MWG III/6), o conteúdo de seus cursos mais antigos, bem como o do último, intitulado “Teoria geral do estado da política” (MWG III/7), de 1920, permaneceu desconhecido até recentemente.

Apenas no âmbito da MWG é que os manuscritos de seus cursos foram sistematicamente examinados, trabalhados e disponibilizados para um público leitor mais amplo em uma edição histórico-crítica. Doravante pode-se avaliar o significado e a relevância dos cursos mais antigos no contexto da obra como um todo. É o que se pretende fazer a seguir, tomando, sobretudo, os cursos de Weber sobre a política agrária e sobre a questão dos trabalhadores (MWG III/4; MWG III/5), sendo suas considerações sobre economia política geral (MWG III/1) abordadas apenas ocasionalmente e de forma complementar<sup>1</sup>. Este artigo aborda, de início, a trajetória acadêmica de Max Weber, em suas estadias em Berlim, Freiburg e Heidelberg. Em seguida, questiona: que cursos ministrou na capital alemã e, após sua mudança do direito para a economia política, em Freiburg e Heidelberg? Quantos e quais manuscritos

1. Em relação aos cursos de Max Weber sobre economia política, ver considerações detalhadas no artigo de Knut Borchardt, neste Dossiê. [N. E.]

2. A habilitação é um procedimento de qualificação acadêmica no sistema universitário alemão. Portadores do título de doutor estão aptos a submeterem-se à habilitação, que consiste, no mais das vezes, na apresentação de uma tese (*Habilitationsschrift*), examinada pelos membros da faculdade na qual o candidato pretende se habilitar, e de uma aula magna. Sendo aprovado em todos os procedimentos, o candidato recebe a *Venia legendi*, ou seja, são-lhe conferidos o direito e a obrigação de oferecer cursos no campo disciplinar no qual se habilitou. Feito isto, o candidato torna-se *Privatdozent*, ou seja, “docente privado”, pois é um docente sem o título de professor e não pertencente ao funcionalismo público (o sistema universitário alemão era, no tempo de Weber, exclusivamente público). Não é, portanto, remunerado, podendo, contudo, receber taxas pagas pelos estudantes matriculados em seus cursos. A ascensão ao cargo de professor depende de nomeação específica por parte do poder público, usualmente o Ministério da cultura e do ensino do estado que responde pela universidade – no caso da carreira de Weber, a Prússia (Berlim), o Grão-ducado de Baden (Freiburg-im-Breisgau e Heidelberg) e o Estado Livre da Baviera (Munique). [N. E.]

3. “Escola histórica de economia política” é um rótulo para identificar o desenvolvimento do pensamento econômico na Alemanha no século XIX. Usualmente, refere-se a três gerações sucessivas de pesquisadores: a primeira geração, ou “velha” (principais nomes: Bruno Hildebrand [1812-1894], Wilhelm Roscher [1817-1894] e Karl Knies [1821-1898]); a segunda geração, os “jovens” (principais nomes: Gustav Schmoller [1838-1917], Lujo Bren-

dos cursos “Política agrária” e “A questão dos trabalhadores” foram conservados e como foram editados? Como Max Weber estruturou seus cursos, e que pontos enfatizou, em comparação com outros economistas? Qual o significado que se pode atribuir a esses cursos em face de sua obra posterior, especialmente o “Compêndio de história universal social e econômica”?

### A carreira acadêmica de Max Weber de 1892 a 1903

Max Weber habilitou-se em 1891-1892 com um trabalho sobre a história agrária romana na Friedrich-Wilhelms-Universität, atual Humboldt-Universität, em Berlim<sup>2</sup>. Com sua nomeação como *Privatdozent*, ele obteve o direito e o dever de lecionar direito comercial e direito romano público e privado. Já no semestre de inverno de 1893-1894, Max Weber foi nomeado professor extraordinário. Entre os semestres de verão de 1892 e 1894, lecionou regularmente na Faculdade de Direito. Paralelamente à sua atividade acadêmica, engajou-se na Verein für Sozialpolitik [Associação para a política social], a principal organização científica que, no Império Alemão, atuava em prol de reformas sociais a partir de um fundamento empírico. Ele também considerava parte de sua tarefa intelectual atuar no Evangelisch-sozialer Kongress [Congresso social protestante] realizando agudas análises sobre economia política e política social e elucidando possibilidades de adoção de medidas na área.

Nesse contexto, imediatamente após o término de sua habilitação, ele participou de investigação social empírica de grande escala sobre a situação dos trabalhadores rurais no Império Alemão, realizada pela Verein für Sozialpolitik. Ao assumir a investigação sobre a parte leste da Alemanha, marcada pela presença de latifundiários e denominada abreviadamente Leste do Elba, Weber adentrou terreno politicamente explosivo. Contudo, não foi apenas esse aspecto que despertou grande atenção pública para o estudo de Max Weber sobre a *Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland* [A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha a leste do Elba] (MWG 1/3), publicado ao final de 1892, mas também o modo perspicaz como ele diagnosticou as tendências à proletarização que se delineavam entre os trabalhadores rurais, analisando-as em suas causas históricas. A publicação do estudo rendeu-lhe reconhecimento súbito e consensual entre os economistas e a nomeação para o cargo de professor catedrático. A Escola histórica de economia política, liderada por Gustav Schmoller, era considerada a disciplina norteadora e determinante do ponto de vista da política social<sup>3</sup>. Em

abril de 1894, Weber aceitou a nomeação para a Universidade de Freiburg im Breisgau, no sudoeste da Alemanha. Ele ainda lecionou em Berlim no semestre de verão, antes de assumir sua cátedra de economia política e finanças em Freiburg no semestre de inverno de 1894-1895.

Para Weber, a mudança de Berlim para Freiburg significou não só ascensão na carreira, tendo passado de professor extraordinário a professor catedrático. Significou também a mudança disciplinar do direito para a economia política, com todas as consequências decorrentes disso. Se até então Max Weber atuara como jurista versado em história com interesses em economia política, a partir desse momento passou a se dedicar inteiramente às exigências e aos costumes de sua nova disciplina. Em tom meio sério, meio jocoso, ele comentou com sua esposa Marianne que ouvia “pela primeira vez de sua própria boca os grandes cursos de economia política” (Weber, [1926]\* 1984, p. 213). A matéria que ministrava deveria, antes de mais nada, ser assimilada por ele mesmo. Além disso, outro aspecto tornava difícil a mudança para Freiburg. Como observador atento da política prussiana, Max Weber sentiu-se como que banido para a periferia, “como se eu, por ter saído de Berlim, tivesse me ‘aposentado’” (MWG I/4, p. 40)<sup>4</sup>. Um eco dessa impressão é perceptível em sua aula inaugural em Freiburg, em 1895, intitulada “O estado nacional e a política econômica” (MWG I/4, pp. 535-574), em que provocou o público do sudoeste alemão com ideias prussianas acerca do poder estatal, declarando a potência do Estado nacional como o mais elevado parâmetro de valor político. Ao mesmo tempo, Weber começou a ocupar-se dos fundamentos metodológicos da disciplina de que agora era representante. Na própria aula inaugural, ele desafiou a geração dominante da Escola histórica de economia política a tomar consciência de suas premissas e a refletir sobre seus procedimentos. Weber criticou com ênfase o pressuposto de que parâmetros valorativos – como o de justiça social – pudessem resultar como que por si mesmos do assunto, sem um debate consciente com outros parâmetros de valor concorrentes. Daí que ele tenha começado, já em 1895-1896, a ocupar-se da vertente neokantiana delineada por Heinrich Rickert, embora o embate duradouro e intensivo de Weber com a obra de Rickert tenha ocorrido apenas depois de 1900. Em meados dos anos de 1890, Weber apoiou Rickert, que conhecia de Berlim, não por razões pessoais, mas sim porque havia chegado, a partir da discussão dos fundamentos metodológicos da economia política, a questões e conclusões semelhantes às que seu amigo Rickert chegara a partir da lógica. A confrontação com a obra de Rickert, que surgia naquele

tano [1844-1931], Karl Bücher [1847-1930], Georg Friedrich Knapp [1842-1926]) e a terceira geração, à qual pertencem Weber e Sombart, ocasionalmente denominados como “novíssimos”. Weber estava em contato e debate com representantes da geração “jovem”, como Schmoller, Brentano e Bücher. Ademais, todos eles se encontravam na Verein für Sozialpolitik.

\*A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor. [N. E.]

4. Carta de 9 de abril de 1894 a Marianne Weber.

momento, foi do ponto de vista intelectual, decerto, o acontecimento mais marcante de seu período em Freiburg. Institucionalmente, Weber deixou sua marca própria com a realocação da disciplina de economia política, que foi desvinculada da Faculdade de Filosofia e passou a ser dada em conjunto com área de direito. Por iniciativa sua, fundou-se, em 1º de junho de 1896, a Faculdade de Direito e Ciências do Estado. No final daquele ano, Weber foi nomeado professor na Universidade de Heidelberg, para onde seguiu no semestre de verão de 1897.

Como já havia ocorrido na Universidade de Freiburg, também em Heidelberg Max Weber priorizou clara alocação e ordenação institucional para a economia política que correspondessem ao reconhecimento público da disciplina. Durante as negociações para sua nomeação, Weber colocou a condição de que fosse criado um seminário autônomo de economia política<sup>5</sup>. Até então isso não existia, mas Max Weber queria reproduzir em seu novo espaço de atuação a experiência acumulada em Freiburg por meio do seminário de ciências cameralistas, realizado com seu colega Gerhart von Schulze-Gaevernitz. Diferentemente do que ocorria nos cursos, em que o professor dava a matéria de exame, a atmosfera dos seminários era de diálogo e de pesquisa conjunta. Estudantes avançados, no mais das vezes doutorandos, apresentavam seus trabalhos ou eram incumbidos de investigações sociais empíricas pelos professores. Outras singularidades marcavam os seminários: ouvintes não pagavam taxas escolares como o faziam nos cursos, mas, em contrapartida, só participavam dos encontros os estudantes admitidos pelos docentes.

Por “seminário” não se entendia apenas a atividade didática, mas também o local onde ela ocorria. Para Weber, uma biblioteca de fácil acesso, bem provida de literatura especializada, onde estudantes e professores pudessem se encontrar, constituía o cerne de um seminário. A atmosfera do seminário conduzido por Max Weber em seu gabinete em Heidelberg era produtiva e estimulante. Ele reunia numerosos alunos em torno de si, que trabalhavam e se doutoravam em vários campos: política agrária e questão dos trabalhadores rurais, política comercial e comércio de grãos, bem como questão dos trabalhadores industriais e proteção ao trabalhador. Além disso, Weber recrutou alunos para colaborar na mais recente pesquisa social de então da Verein für Sozialpolitik sobre a situação dos trabalhadores domiciliares, em cuja coordenação seu irmão, Alfred Weber, teve participação decisiva. São testemunho da grande produtividade de Weber como mentor acadêmico os trabalhos realizados em Freiburg e Heidelberg – em sua maioria teses de

5. A esse respeito, com maiores detalhes, ver MWG III/1, pp. 18 e ss., bem como Hentschel (1988), p. 219.

doutorado – publicados na série intitulada *Volkswirtschaftliche Abhandlungen der Badischen Hochschulen* [Teses de economia política das instituições de ensino superior de Baden], sob sua responsabilidade desde 1897. Outros estudos sobre a questão dos trabalhadores rurais foram publicados na série *Die Landarbeiter in den evangelischen Gebieten Norddeutschlands* [Os trabalhadores rurais nas áreas protestantes do norte da Alemanha], fundada por Weber e publicada desde 1899. Ambas as séries foram editadas por Paul Siebeck, com quem Max Weber cultivou uma amizade que perdurou por toda a sua vida.

O empenho pela valorização da disciplina de economia política em Heidelberg incluiu também o esforço de Max Weber no estabelecimento de uma segunda cátedra de Economia Política. Em Freiburg ele já havia obtido êxito na nomeação de Gerhart von Schulze-Gaevernitz como catedrático, paralelamente ao estabelecimento da Faculdade de Direito e Ciências do Estado, em 1896. Em Heidelberg, o êxito demorou mais a ocorrer. Somente com a persistência de sua doença e sua incapacidade para o exercício docente, o Ministério convenceu-se da necessidade de nomeação de um segundo professor ordinário de economia política e finanças. Karl Rathgen, que até então havia lecionado em Marburg, iniciou suas atividades na Universidade de Heidelberg no semestre de inverno de 1900-1901 (Hentschel, 1988, pp. 206-208). Naquela altura, Max Weber já havia feito seu primeiro requerimento de demissão. Desde o verão de 1898, suas atividades docentes tinham sido interrompidas diversas vezes pela doença. No início de 1900, pela primeira vez pareceu-lhe impossível voltar a assumir plenamente suas tarefas e ele protocolou seu pedido de demissão do cargo de professor universitário. Graças à boa vontade do Ministério em conceder a segunda cátedra de Economia Política, assim como um acordo de férias generoso, Weber retirou seu pedido. Em 1902, ele o renovou para retirá-lo, ainda uma segunda vez. Apenas depois do terceiro pedido de demissão, em 1903, é que Max Weber deixou de fato o serviço público de Baden. Somente em 1918 ele retornou à universidade, em Viena e Munique.

Os cursos de Berlim, Freiburg e Heidelberg

Antes de sua mudança para a economia política, Max Weber concentrou-se, na Faculdade de Direito da Universidade de Berlim, em cursos de direito das coisas romano, história do direito romano, direito comercial, história do direito comercial, direito comercial marítimo e direito marítimo. Dos

cursos ministrados por Weber nos semestres de verão de 1892 a 1894, apenas dois distinguem-se dos mencionados, tendo ocorrido em seu último semestre em Berlim: um grande curso, de três horas de duração, sobre história do direito prussiano e outro de duas horas sobre direito agrário e história agrária. O primeiro acabou cancelado por Weber no início do semestre. Primeiramente porque 13 horas-aula implicaria carga incomum de trabalho docente. Além disso, a nomeação que acabara de receber para a Universidade de Freiburg lhe assegurava independência financeira e permitia renunciar aos rendimentos provenientes das taxas pagas pelos ouvintes. O curso “Direito agrário e história agrária”, por sua vez, foi mantido tal como anunciado. Sua importância está em que representa uma ponte para cursos posteriores sobre política agrária em Freiburg e Heidelberg. Como Weber o retomou posteriormente, este é o único dos cursos de Berlim que permanece conservado como manuscrito.

Ao assumir a cátedra de Economia Política e Finanças em Freiburg, seu plano de ensino sofreu mudanças fundamentais. Também em Freiburg, Max Weber ofertou repetidas vezes prática em direito comercial, mas isso era exceção. Ele precisava seguir um cânone fixo e preestabelecido. Assim, lecionava regularmente de quatro a seis horas semanais sobre economia política geral (ou teórica), alternando com economia política prática (ou específica) e finanças. No curso sobre economia política teórica, Weber apresentava os fundamentos gerais da disciplina – inclusive os conceituais e metodológicos – bem como teorias econômicas, abordando os fundamentos naturais e históricos da economia política, tais como os segmentos de produção, distribuição e consumo. No curso de economia política aplicada, ao contrário, tratava da economia posta em prática, ou seja, da política econômica como ela se apresentava nos domínios específicos: política demográfica, política agrária, política industrial e comercial e política de circulação. Desses domínios também podiam ser extraídos os assim chamados “cursos especiais” sobre política econômica agrícola; questão dos trabalhadores rurais e industriais; sistemas monetário, bancário e da bolsa de valores. Nos cursos especiais, todos com duas horas de duração, Weber deu preferência, ao lado da questão dos trabalhadores, ao tema da política agrária. Desde a sua participação no levantamento do Verein für Sozialpolitik de 1892, Max Weber não conseguiu mais se desvincular da questão da mudança estrutural da constituição agrária que, com o declínio da constituição patriarcal do trabalho e o avanço do capitalismo, também atingia o campo. “Política agrária” era a área na qual ele se sentia, mesmo

como economista político, mais seguro e mesmo em fases mais agudas de sua doença ele ofereceu cursos a respeito.

Excetuando-se aqueles referentes ao direito e à história do direito, os cursos ministrados por Max Weber em Berlim, Freiburg e Heidelberg aparecem listados a seguir (cf. MWG III/1, pp. 52-63)<sup>6</sup>.

*Em Berlim:*

1894 – “Direito agrário e história agrária” (2).

*Em Freiburg:*

1894/1895 – “Economia política geral e teórica” (4), “Finanças” (4).

1895 – “Economia política prática” (4), “A questão dos trabalhadores no campo e na cidade na Alemanha” (2), “Política agrária” (2).

1895/1896 – “Economia política teórica” (5), “Sistema monetário, bancário e da bolsa de valores” (2).

1896 – “Economia política teórica” (5), “História da economia política” (2).

1896/1897 – “Economia política” (5), “Finanças” (4), “Bolsa de valores e sua legislação” (1).

*Em Heidelberg:*

1897 – “Economia política geral (‘teórica’)” (6).

1897/1898 – “Economia política prática: política comercial, industrial e de circulação” (5), “Política agrária” (2).

1898 – “Economia política geral (‘teórica’)” (5), “A questão e o movimento de trabalhadores” (2).

1898/1899 – “Economia política prática (exceto sistema monetário e bancário), Parte geral: política demográfica, industrial, comercial, de circulação e política agrária” (5).

1899 – Não ministrou cursos.

1899/1900 – “Política agrária” (2), ministrado apenas parcialmente.

Os cursos sobre política agrária e a questão dos trabalhadores: algumas observações acerca do material que chegou até nós

Devemos a Marianne Weber a preservação dos manuscritos dos cursos. Ela relatava quase diariamente à sua sogra em Berlim, Helene Weber, aspectos da vida privada, acadêmica e política do jovem casal em Freiburg e em Heidelberg. Essas cartas formaram, dentre outras coisas, a base da biografia de Max Weber escrita por Marianne Weber e publicada em 1926<sup>7</sup>, até hoje uma fonte confiável. Pois ela não foi apenas uma observadora sen-

6. Os cursos acompanhados de referência a apenas um ano dizem respeito ao semestre de verão. Aqueles com anotação de dois anos referem-se ao semestre de inverno. O número de horas lecionadas é dado entre parênteses e os seminários de economia ministrados regularmente não fazem parte desta lista.

7. Cf. nota 2, *supra*.

8. A relevância da contribuição de Marianne Weber foi reconhecida na biografia bastante abrangente, mas também controversa, escrita por Bärbel Meurer (Meurer, 2010).

9. Sobre a história do espólio, ver o artigo de Edith Hanke, neste Dossiê. [N. E.]

10. Cf. as disposições referentes aos cursos ministrados em Freiburg: “Política agrária” (MWG III/5, pp. 162 ss.), bem como “A questão dos trabalhadores no campo e na cidade na Alemanha” (MWG III/4, pp. 72 ss.).

sível; também se interessava por ciência e era versada em filosofia e história do direito<sup>8</sup>. Quando, em 1900, ela deixou a casa de Heidelberg para, por motivos de saúde, mudar-se por um tempo com o marido para o sul da Europa, ela reuniu os materiais dos cursos de Max Weber e os organizou de modo rudimentar, segundo as diferentes subdivisões da economia política. Mais de quarenta anos depois, Marianne Weber entregou esses convolutos de manuscritos, com cerca de 200 a 500 folhas cada um, para o Geheimes Staatsarchiv [Arquivo secreto estatal], situado em Dahlem, Berlim<sup>9</sup>.

A própria Marianne assistiu a alguns dos cursos de seu marido em Heidelberg; entre eles o curso de política agrária de 1897-1898 e sobre a questão e o movimento de trabalhadores de 1898 (cf. MWG III/4, p. 15; MWG III/5, p. 21), o que lhe facilitou na classificação das folhas dos manuscritos de acordo com as subdivisões de seus cursos de economia política. Mas esse ordenamento foi feito apenas de forma rudimentar, ou seja, a sequência das folhas individuais, bem como a dos parágrafos, em que Max Weber costumava subdividir os seus cursos, permaneceu desordenada. Não foi senão no âmbito da MWG que os esforços de organização daqueles materiais em uma uma sequência coerente foram levados a cabo.

Este não é o lugar para relatar de modo exaustivo cada um dos passos do trabalho editorial. Cabe apenas dizer que as “disposições” escritas pelo próprio Weber auxiliaram o ordenamento ulterior das anotações dos cursos, extremamente difíceis de serem decifradas. O termo “disposição” refere-se ao esboço feito no início do semestre para cada um dos cursos: em pouco espaço – uma página –, abrangia todos os capítulos previstos e, em parte, também as subdivisões<sup>10</sup>. Indicações de datação puderam ser deduzidas a partir da literatura citada pelo próprio Weber; outros critérios de ordenação foram fornecidos pelas sequências numéricas das subdivisões. Contudo, os trabalhos editoriais foram dificultados pelo fato de o autor fazer uso frequente de manuscritos mais antigos, reelaborando-os amplamente, ou seja, fazendo numerosos acréscimos ou exclusões em cada uma das folhas manuscritas. Somente com o auxílio de duas transcrições foi possível ordenar esses extensos manuscritos de forma plausível. No caso do curso sobre política agrária, utilizou-se a transcrição feita por Else von Richthofen (depois de casada: Else Jaffé), aluna de Weber e, mais tarde, sua doutoranda. Else von Richthofen foi uma das poucas mulheres a estudar economia política e assistiu ao curso de Max Weber sobre política agrária no semestre de inverno de 1897-1898, fazendo dele uma transcrição coeva e fidedigna. A segunda transcrição legada diz respeito ao curso sobre a questão dos trabalhadores no campo e na cidade, ministra-

do por Weber em Freiburg no semestre de verão de 1895. Desconhece-se o autor dessa transcrição, mas o cuidado com que foi produzida autorizou sua utilização em trabalhos editoriais. Desse modo, foi reconstruído, ao lado do curso berlinense de 1894 sobre direito agrário e história agrária, o curso de Heidelberg sobre política agrária de 1897/1898. A isso ainda somaram-se os parágrafos que, seguramente, pertenciam ao curso homônimo, ministrado em Freiburg em 1895. Os dois cursos – “A questão dos trabalhadores no campo e na cidade”, de 1895, e “A questão e o movimento de trabalhadores”, de 1898 – foram editados conjuntamente, uma vez que Weber reelaborava seus manuscritos anteriores, não sendo possível distinguir as diversas etapas de elaboração.

Max Weber preparava seus cursos pouco antes de ministrá-los; frequentemente no dia anterior, com extensão do trabalho até tarde da noite, segundo a observação de Marianne Weber. Ela relata: “Suas aulas estão sempre cuidadosamente organizadas, mas, no mais, ele se deixa levar pelas inspirações do momento, discursando livremente: o rígido aparato conceitual é revestido pela profusão do conhecimento histórico, a incomum agudez de pensamento vê-se complementada por uma força plástica também incomum. Desse modo, ele torna compreensíveis as coisas mais abstratas por meio da riqueza dos exemplos e da imediaticidade da exposição. Cada uma das aulas parece ser recém-saída da oficina do seu espírito” (Weber, 1984, p. 241). As folhas dos manuscritos comprovam a descrição de Marianne Weber. As constantes alterações do texto confirmam o embate intensivo com a matéria e sua contínua atualização. Contudo, o manuscrito reflete apenas de forma parcial aquilo que Max Weber de fato pronunciou. Elas reproduzem no essencial a estrutura que Weber deu para seus cursos, pois seus manuscritos não foram compostos com frases completas, mas sim com palavras-chave e meias frases. Por esse motivo os editores, após analisar criticamente as duas transcrições mencionadas, decidiram acrescentá-las à edição, em anexo específico<sup>11</sup>. Isso facilita o acesso do leitor ao assunto, tanto do ponto de vista do conteúdo, como do ponto de vista prático. Ainda mais, o leitor também aproxima-se do estilo de aula vivaz de Weber.

### Estruturação e ênfases específicas

Em seus cursos, tanto quanto eles nos são conhecidos, Max Weber valorizava muito o emprego de definições conceituais claras. No §1 do curso ministrado em 1894, em Berlim, lê-se “Conceito e método do direito agrá-

11. A transcrição do curso “A questão dos trabalhadores no campo e na cidade na Alemanha”, ministrado no semestre de verão de 1895, em MWG III/4, p. 245-310, assim como o anexo ao curso “Política agrária”, ministrado no semestre de inverno de 1897-1898. Transcrição de Else von Richthofen, em MWG III/5, pp. 331-410.

rio”. No curso ministrado em 1895, em Freiburg, “1. Introdução, conceito e método. Bibliografia”, e naquele de 1897-1898, em Heidelberg, “Conceito e peculiaridade da política agrária” (MWG III/5, pp. 71, 163, 197). Também os seus cursos sobre a questão dos trabalhadores começavam com um parágrafo introdutório sobre o “conceito da questão dos trabalhadores” (MWG III/4, pp. 55, 73), o que reflete sua formação jurídica. Ao que parece, uma introdução à economia política com a expressão “A essência da economia política”, tal como a escolhida pelo economista vienense Eugen von Philippovich, muito apreciado por Weber, foi conscientemente evitada por ele (MWG III/1, p. 69)<sup>12</sup>. No entanto, a reflexão sobre conceitos e o investimento em definições claras não eram apenas tributárias de uma formação jurídica. No curso sobre a questão dos trabalhadores, mais do que no curso sobre política agrária, ele também formulava a pergunta sobre o papel da ciência. Ao final do primeiro parágrafo, questiona se a ciência deveria dar uma resposta à (moderna) questão dos salários dos trabalhadores. Ele mesmo respondeu, e de uma forma que remete a seu posicionamento – adotado depois da virada do século – com relação à questão do juízo de valor: “Pergunta: como *deve ser* – a *ciência* tem uma resposta para isso? *Não* [...] a *ciência* pode apenas trazer *clareza* sobre as *consequências práticas*, que resultam de um ideal determinado/Redução das controvérsias *específicas* a parâmetros *últimos e decisivos*/ *Com isso* fica atribuída ao *singular* a obrigação da *tomada de posição* por ideais determinados” (MWG III/4, p. 76)<sup>13</sup>. Aqui se percebe nitidamente a crítica de Weber à geração jovem da Escola histórica de economia política que, da análise do que é, deriva também o que deve ser<sup>14</sup>. Mas, segundo o credo de Weber desde o início, não se pode privar o singular da decisão consciente por valores determinados ou “ideais”.

Como era usual, Max Weber subdividia seus cursos em parágrafos. O procedimento histórico-universal de amplo alcance era, no entanto, incommum, mesmo no âmbito da Escola histórica de economia política. Em 1894, Weber estendeu a abrangência do estudo da história agrária romana até as reformas agrárias europeias do início do século XIX, com a dissolução das relações de dependência medievais. Em 1895, em Freiburg, e em 1896-1897, em Heidelberg, ele começou com a Alta Idade Média e com as primeiras formas de assentamento dos povos germânicos (deixando de lado a Antiguidade), mas perseguiu a questão agrária até o seu presente (1890). Também os cursos sobre a questão dos trabalhadores não começavam, como o leitor poderia esperar, com a questão do salário dos trabalhadores no século XIX, mas sim com um largo retrospecto histórico, que recuava até a Antiguidade e a Idade Média. Somente no sexto parágrafo (de um total de 14) é que Max

12. Cf. a Sinopse.

13. Salvo observação em contrário, todos os destaques seguem o original.

14. Ver, a esse respeito, com base no exemplo da aula inaugural em Freiburg (1895): Schluchter, 1988, pp. 173-182 (Studien zu Max Webers Kultur- und Werttheorie), bem como Aldenhoff-Hübinger, 2004, pp. 143-156. Aqui se delinea o contexto de discussão no qual Max Weber estava situado em meados da década de 1890, tendo em Werner Sombart um aliado.

Weber introduzia o século XIX e o surgimento de uma massa pessoalmente livre de trabalhadores (MWG III/4, pp. 106, 114).

Nos cursos, Max Weber não se ocupava da história social e da história das sociedades agrárias e suas práticas sociais. Ele abordava o aspecto jurídico, ou seja, o desenvolvimento da *constituição* agrária e/ou da *constituição* do trabalho ao longo dos séculos. Faziam (ou ainda fazem) parte da história da constituição agrária essencialmente questões referentes a formas de assentamento, ao surgimento da propriedade privada da terra, à divisão da posse da terra, ao direito de herança e às dependências pessoais e contratuais entre os proprietários e aqueles que trabalham a terra. Em suma, àquilo que Weber chamava de “fundamentos jurídico-econômicos da empresa econômica agrária atual” (MWG III/5, p. 201). Na história agrária, assim como no curso sobre a questão dos trabalhadores, Weber tratava do trabalho escravo na Antiguidade, da situação jurídica dos camponeses dependentes na Idade Média (e da fundamentação de sua situação já na Idade Antiga) e, finalmente, da dissolução dessas relações de dependência pessoal tradicionais em favor do trabalho pessoal livre, mas economicamente dependente (caso dos trabalhadores diaristas e fabris). As numerosas formas de transição, com diferenças regionais, rumo ao trabalho formalmente livre, tanto no campo como na indústria, eram igualmente objeto de suas discussões.

Outro aspecto que distingue o procedimento de Max Weber são as abrangentes comparações na Europa. Dedicando-se à história agrária, ele seguia o exemplo de seu orientador berlinense, August Meitzen. Por volta de 1890, Weber seguiu os cursos de Meitzen, estatístico e historiador agrário, no Seminário de estatística e ciências do estado na Friedrich-Wilhelms-Universität, em Berlim. Com Meitzen, Weber aprendeu a interpretar mapas de assentamentos como fontes históricas e, com isso, a tirar conclusões com vistas às relações agrárias romanas e à colonização europeia na Alta Idade Média<sup>15</sup>. Foi a Meitzen, e não a Theodor Mommsen, que Max Weber dedicou sua tese de habilitação sobre a história agrária romana (MWG I/2). A visada da história da colonização europeia como um todo era característica da abordagem de Meitzen. Sua principal obra, *Siedlung und Agrarwesen der Westgermanen und Ostgermanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen* [Colonização e agricultura dos povos germânicos ocidentais e orientais, dos celtas, romanos, finlandeses e eslavos] (Meitzen, 1895) abarcava campo também explorado por Max Weber. Em seu curso de política agrária de 1897-1898, em Heidelberg, Weber perseguiu, com base no “assentamento europeu” (§2), o desenvolvimento das constituições agrárias europeias na

15. A esse respeito, ver Rita Aldenhoff-Hübinger, “Einleitung” (MWG III/5, pp. 10-14).

Inglaterra, na França, na Rússia e, naturalmente, na Alemanha (§3). A dissolução da constituição agrária tradicional na Inglaterra, na França, nos estados do sul e do oeste da Alemanha, na Rússia, na Áustria e na Prússia foi também objeto da atenção de Weber (§4). Ele esboçou o delineamento dos “tipos nacionais de constituição agrária” na França, na Inglaterra e na Alemanha até o seu presente (§6). Nos últimos parágrafos, do sétimo ao nono, Weber enfatizou a oposição entre a legislação germano-prussiana no oeste e no leste da Alemanha (MWG III/5, pp. 185-189)<sup>16</sup>.

16. Cf. Sumário.

O olhar voltado para os eventos ocorridos em toda a Europa também influenciou seus cursos sobre a questão dos trabalhadores. Max Weber descreveu o “desenvolvimento dos trabalhadores rurais livres” (§6) na França, na Inglaterra e na Prússia, pontuando ainda aspectos regionais. O segundo grande capítulo do curso sobre a questão dos trabalhadores versava sobre aspectos políticos e ideologias de seus movimentos. Foram abordados o movimento de trabalhadores na Inglaterra e na França – cartismo, socialismo cristão e primórdios do socialismo – assim como o anarquismo e o marxismo, a social-democracia alemã e os movimentos sindicais na Inglaterra, na França, na Alemanha e, até mesmo, na Austrália (MWG III/4, pp. 59-62)<sup>17</sup>.

17. Cf. Sumário.

Formulações como “os *tipos* nacionais da constituição agrária” (§6) e “mudanças e efeitos da constituição agrária alemã I. As *tendências de desenvolvimento*” (§7, MWG III/5, p. 187 – grifo meu) parecem indicar elaborações iniciais do “tipo ideal”, que Max Weber desenvolveria posteriormente. De fato, não se trata aqui de tipos ideais criados com finalidades heurísticas. Trata-se, antes, nos cursos iniciais de Weber, de elementos para a estruturação de diferentes desenvolvimentos – tanto em termos de espaço (“tipos nacionais”), como de tempo (“tendências de desenvolvimento”) – que servissem a comparações histórico-sociais.

Max Weber tematizou numerosos assuntos em seus cursos. Explicou os complexos processos legislativos durante as reformas agrárias na Europa e analisou questões de seu tempo, como o perdão da dívida dos latifúndios. Não é possível tratar com profundidade todos esses assuntos, uma vez que Weber anotou, para uso próprio, somente palavras-chave sobre eles. Apenas no contexto de sua obra da década de 1890 é possível decifrar os assuntos por completo. Portanto, somente dois domínios dos dois cursos serão aqui abordados: a discussão do capitalismo agrário e a análise da obra de Karl Marx. Max Weber lhes conferiu grande peso e é provável que ainda hoje despertem interesse.

Desde seus estudos de 1892 sobre a situação dos trabalhadores rurais da região ao leste do rio Elba, a questão da dissolução da constituição agrária e trabalhista patriarcal esteve entre os interesses de Weber. Só com o artigo *Agrarstatistische und sozialpolitische Betrachtungen zur Fideikomissfrage in Preussé* [Considerações de estatística agrária e de política social sobre o fideicomisso na Prússia], de 1904, é que se encerra a fase de discussão intensiva desse tema (MWG I/8, pp. 81-188). A transformação dos trabalhadores rurais pessoalmente dependentes – mas trabalhando em comum interesse com o proprietário rural – em trabalhadores diaristas pessoalmente livres e sem propriedade, mas economicamente desprotegidos foi, nos anos de 1890, um dos temas centrais do engajamento de Weber, tratado não somente em seus escritos científicos, mas também em inúmeros artigos de divulgação científica e em palestras públicas (MWG III/4, p. 30; MWG I/4)<sup>18</sup>. Aqui, vez ou outra, Max Weber dirigiu palavras duras aos que não queriam reconhecer as realidades sociais e que, como seu amigo Friedrich Naumann, não queriam romper “com as ficções sentimentais da harmonia de interesses das classes dominantes e dominadas (a ‘geleia geral de harmonia’ [...])” (MWG I/4, p. 351)<sup>19</sup>. O tema também é abordado nos cursos sob a rubrica do “capitalismo agrário”. Mas aqui Weber tratou-o de forma objetiva e sem polemizar. Seu objetivo era analisar o processo de formação de classe e seus efeitos culturais e sobre a política nacional. No leste da Alemanha, o autor constatou uma proletarianização dos trabalhadores rurais, que até então havia sido observada apenas entre trabalhadores fabris do oeste industrializado. Associado a isso havia também, não necessária mas frequentemente, queda na qualidade de vida dos trabalhadores rurais, como condições de alimentação deterioradas e precariedade de moradia. Weber diagnosticou migração da população rural alemã e imigração de trabalhadores poloneses, menos exigentes, como consequência daquela situação. Indicou, assim, o aumento da densidade habitacional e a baixa qualidade de vida em regiões altamente industrializadas e em regiões com grandes propriedades agrícolas: “Densidade habitacional: domicílios por edifício residencial [...] cresce nas regiões industriais [...] cresce com a qualidade do solo/cresce com a grande indústria [...]. O capitalismo, em todas as suas formas, a faz crescer/sobretudo no campo: capitalismo agrário” (MWG III/5, p. 269). Desde a “infiltração da economia monetária”, Weber viu a “situação nutricional” da população rural ameaçada: “para uma população rural que trabalha para a exportação de produtos de alto valor, sobram para o consumo próprio, em grande volume, os [produtos] de baixo valor” (MWG III/5, p. 270). Nos

18. Detalhes em Aldenhoff-Hübinger, “Einleitung”.

19. Weber, Resenha de Was heisst Christlich-Sozial? Gesammelte Aufsätze von Fr. Naumann (1894).

cursos sobre a questão dos trabalhadores, Weber descreveu com precisão o processo de “proletarização”. No sexto parágrafo, “O desenvolvimento dos trabalhadores rurais livres”, lê-se: “Com isso uma transição gradual para o trabalhador *livre* remunerado em dinheiro/Em muitos casos sobra apenas: moradia e campo de batatas/Com isso: desaparecimento da empresa própria/com isso a mulher livre para o trabalho assalariado/desaparecimento do interesse comum com o proprietário rural/ameaça da situação nutricional/Resumindo: *Proletarização – não* necessariamente em posição desvantajosa do ponto de vista *econômico-material*” (MWG III/4, pp. 113 ss).

O interesse de Weber pelo capitalismo agrário correspondia a uma leitura crítica de Karl Marx, que se faz perceptível no curso sobre a questão dos trabalhadores e complementa passagens centrais nos cursos de economia política geral (MWG III/4, pp. 25-31)<sup>20</sup>. Weber reconheceu as consequências da teoria de Marx para a política social como um fato fundamental e irreversível da vida moderna, mas rejeitou sua teoria econômica, por considerá-la insustentável. O cerne da teoria econômica marxiana era constituído pela teoria objetiva do valor-trabalho, segundo a qual o valor de uma mercadoria resulta do tempo de trabalho socialmente necessário objetivado a cada vez na mercadoria. Somente isso, como *tertium comparationis*, tornaria possível a troca. Weber acrescentou um ponto de interrogação à teoria objetiva do valor: “Primeiro ponto de interrogação! Não passa de representação! Sofisma! *Incorreto: todos lucram*” (MWG III/4, p. 224). Weber a rejeitou da perspectiva da teoria subjetiva do valor, tal como se vê claramente na transcrição (anônima) de aula de seu curso de 1895: “Há somente *desigualdades* na troca, na medida em que aquilo que recebo na troca tem para mim mais valor do que aquilo que dou; pois, se não fosse assim, por que eu trocaria? O valor só pode ser estipulado justamente sobre um fundamento subjetivo. Por isso é errôneo construir algo sobre uma mera representação, como é o caso da equação marxiana” (MWG III/4, p. 304). Com isso, Weber aproximou-se da crítica de Eugen von Böhm-Bawerk a Marx. Em 1896, o economista político austríaco havia exposto, em resenha detalhada, que o terceiro volume de *O capital*, editado em 1894 por Friedrich Engels, não solucionava de modo algum as contradições presentes na teoria econômica de Marx (Böhm-Bawerk, 1896). Assim como Böhm-Bawerk, Max Weber também era da opinião de que as contradições não haviam sido solucionadas, mas sim que a construção teórica de Marx havia desmoronado: “*Não* solucionado – e sim, sistema *aniquilado*” (MWG III/4, p. 176). É importante frisar novamente que a rejeição do cerne da teoria

20. Detalhes em Aldenhoff-Hübinger, “Einleitung”.

econômica marxiana não significava repúdio da teoria social de Marx. A dissolução da dominação patriarcal e o surgimento de uma dominação de classe impessoal, com oposições e lutas de classes eram reconhecidos por Weber como evidentes. Tanto que iniciou seu curso sobre a questão dos trabalhadores com a observação de que só poderia haver um movimento de trabalhadores sob a condição de uma “situação *específica* de *classe*”. O movimento de trabalhadores seria então “tão velho quanto a *classe*, – não o *singular*, mas a *classe* se sente sobrecarregada” (MWG III/4, p. 76). Em seu grande curso de economia política teórica, depois de criticar a teoria objetiva do valor, Weber afirmou de maneira precisa: “Com teoria, não o *marxismo* eliminado/especialmente a teoria da *história* não” (MWG III/1, p. 561). Weber indicou à sua aluna Else von Richthofen, como os três clássicos que todo estudante de economia política deveria ler, Adam Smith, David Ricardo e *O capital* de Karl Marx (Ando, 2003, p. 598).

Seria um grande erro aproximar ideologicamente Weber de Marx. O primeiro criticou acidamente a social-democracia alemã pelo fato de ela querer imprimir “o sistema esfacelado de Marx como dogma na cabeça das massas” (MWG I/4, p. 619). E o conceito de luta, para ele, não era apenas uma categoria da história social e da ciência política, mas estava ligado ao conceito de poder, sendo uma categoria antropológica. “A luta pelo *poder* não apenas na forma de luta de classes/um tanto de luta em cada relação humana, mesmo nas mais *íntimas*” (MWG III/4, p. 227). Aqui, sem dúvida, ecoam resíduos de darwinismo social; mas o principal interesse de Weber a esse respeito foi criar, com base no reconhecimento das classes, também os pressupostos jurídicos para uma luta justa. Esses pressupostos, como se sabe, não estavam dados no Império Alemão, em especial para os trabalhadores rurais em termos do direito de associação sindical (liberdade de associação).

Perspectiva: o significado dos cursos de política agrária e sobre a questão dos trabalhadores na obra posterior de Weber

Os cursos iniciais de Weber formaram uma base de conhecimento para seus estudos e cursos posteriores. Ele retornava às fontes que havia estudado intensivamente quando se tratava de encontrar exemplos retirados do mundo histórico europeu para, por exemplo, o “burocratismo” e o “patrimonialismo”. Em sua principal obra (póstuma), *Economia e sociedade*, Weber fez referência, por exemplo, ao “*Capitulare de villis*” de Carlos Magno, a fonte mais importante para a história social e econômica da Alta Idade Média, que

21. No capítulo “Patrimonialismo” e nos cursos, respectivamente. Outros exemplos são as formas de dominação ligadas à propriedade em Roma e na Alta Idade Média.

22. A esse respeito, ver MWG III/6, pp. 1-45, especialmente pp. 6-14. No caso, Schluchter compara o curso “Compêndio de história universal econômica e social” com o curso de economia política geral (“teórica”) da década de 1890, bem como com “Categorias sociológicas fundamentais da economia”, de 1919-1920, em termos da relevância para cada uma dessas três áreas: teoria econômica, sociologia econômica e história econômica (p. 6).

23. Sobre isso, em maiores detalhes, ver MWG III/5, pp. 43 ss.

ele então apresenta em um contexto sistemático e em perspectiva ampliada (MWG I/22-4, pp. 260 ss.; MWG III/5, pp. 101 171, 216 ss.)<sup>21</sup>.

Próximo ao final de sua vida, Weber retomou ainda uma vez detalhadamente a história da constituição agrária europeia. O primeiro capítulo de seu curso *Abriss der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* [“Compêndio de história universal econômica e social”], ministrado em 1919-1920, em Munique, apresenta diversos paralelos com seus cursos de política agrária. Agora, Max Weber estava interessado em objetos muito mais abrangentes. Mesmo geograficamente, ele foi além do espaço europeu, incluindo, entre outros, a China e a Índia<sup>22</sup>. Contudo, é possível perceber numerosos ecos de suas discussões anteriores sobre história agrária: na descrição da constituição agrária germânica, na caracterização da constituição agrária celta e sua incorporação na Irlanda, e, sobretudo no processo de dissolução da ordem agrária tradicional na Inglaterra, na França, na Áustria, na Prússia e na Rússia<sup>23</sup>. Teria Max Weber, em 1919-1920, retomado uma vez mais seus antigos manuscritos? A densidade das sobreposições que ocorrem em diversas passagens e a bibliografia básica ali citada (mais antiga e depois atualizada, mas na qual Weber claramente se baseava) não excluem o fato de o autor haver recorrido aos manuscritos antigos, ao menos para a preparação de alguns pontos específicos.

**Resumo**

*Os cursos de Max Weber: Economia política, Política agrária e Questão dos trabalhadores (1894-1900)*

O artigo apresenta e comenta aspectos centrais dos cursos de Max Weber ministrados em Freiburg e Heidelberg entre 1894 e 1900. Trata-se sobretudo dos cursos sobre política agrária e sobre a questão dos trabalhadores, que foram objeto de cursos ministrados repetidas vezes ao longo daqueles anos iniciais da carreira docente de Weber. O artigo investiga, portanto: a trajetória acadêmica e intelectual de Weber no período, os cursos ministrados, o material que chegou até nós desses cursos e como ele foi editado, o conteúdo e a estruturação dos cursos e em que medida eles exerceram influência na obra posterior de Weber.

Palavras-chave: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Política agrária; Questão dos trabalhadores; Sociologia, história, economia política.

**Abstract**

*The courses of Max Weber: Political economy, Agrarian policy and The worker question (1894-1900)*

The article presents and comments on central aspects of the courses given by Max Weber in Freiburg and Heidelberg between 1894 and 1900. It focuses in particular on his courses on agrarian policy and on the worker question, both the topic of courses given numerous times over the initial years of Weber's academic career. Hence the article investigates: Weber's academic and intellectual trajectory over the period, the courses given, the material that has come down to us from these courses and how the texts have been edited, the content and structure of the courses, and the extent to which they influenced Weber's later work.

Keywords: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Agrarian policy; The worker question; Sociology, history, political economy.

Texto aprovado em 13/2/2012 e  
aprovado em 23/3/2012.

Rita Aldenhoff-Hübinger é professora de História Moderna e Contemporânea na Universidade Viadrina em Frankfurt/Oder, Alemanha. É também responsável pelos volumes III/4 e III/5 da MWG. E-mail do organizador do Dossiê Leopoldo Waizbort: <waizbort@usp.br>.